



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1
2
3 A décima primeira reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
4 auditório da CORSAN, rua Caldas Júnior, duzentos e dezoito, décimo oitavo andar, Porto
5 Alegre-RS, com início às quatorze horas e vinte e cinco minutos, do dia onze de junho, do
6 ano de dois mil e sete. **Compareceram** os seguintes Conselheiros: Carlos Otaviano
7 Brenner de Moraes, SEMA (presidência); Rosi Bernardes, SOP (vice-presidência); Luiz
8 Antônio Valente, Secretaria da Agricultura (suplente); Salzano B. de Oliveira, Secretaria
9 da Saúde (suplente); Aloisio Braun, Secretaria da Ciência e Tecnologia; Alberto
10 Limberger, Casa Civil (suplência); Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente
11 (suplência); Ivo Lessa, Comitê Lago Guaíba (titular); Luciana Dalsasso, Comitê
12 Tramandaí (titular); João Francisco Giuliani, Comitê Santa Maria (titular); Lúcia Schmidt,
13 Comitê Pardo (titular); Fernando Bernál, Comitê Baixo Jacuí. **Ausentes:** Margareth
14 Vasata, Secretaria do Planejamento e Gestão; Marta Hermínia Dias, da SEDAI; Sistema
15 Nacional de Recursos Hídricos; Lenison Maroso do Comitê Apuaê-Inhandava. **Demais**
16 **participantes:** Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas; Tânia Zoppas, Comitê Cai; Vilma
17 C. da Silva, Comitê Lago Guaíba; Claudio Moraes, Comitê Baixo Jacuí; Luiz Carlos V.
18 Flores, METROPLAN; Ivo Mello, DRH-SEMA; Luiz Zaffalon, SEHADUR, Paulo Germano,
19 CORSAN; Paulo Renato Paim, Carmem S.Silva e Vania Oliveira, Secretaria Executiva do
20 CRH-RS. O Presidente Carlos Otaviano abriu a reunião cumprimentando a todos os
21 presentes e solicitou que fosse apresentado o item quarto da pauta – Apresentação do
22 Projeto de adaptação da METROPLAN para exercer as atribuições de Agência de Região
23 Hidrográfica, pelo Diretor Luiz Carlos Flores, da METROPLAN. Submeteu a alteração da
24 pauta ao plenário que a aceitou. O Arquiteto Flores iniciou agradecendo o convite feito à
25 METROPLAN, e fez uma correção na convocação, quanto à apresentação de um projeto.
26 Explicou que na realidade iria apresentar uma idéia, já que existe um grupo de trabalho
27 do próprio Conselho, que provavelmente irá oferecer diretrizes e proposta a um Projeto
28 propriamente dito. Disse que apresentaria aos Conselheiros a disposição da
29 METROPLAN em assumir as funções de Agência, um entendimento entre as duas
30 Secretarias, que vem de muito tempo. Mostrou basicamente um histórico da idéia
31 marcando o ano de 1997 como seu início e mostrou como a METROPLAN já exercia,
32 mesmo que parcialmente, algumas das atribuições das Agências. Finalizou colocando-se
33 à disposição para esclarecimentos. O Conselheiro Giuliani questionou se não seria
34 prudente não criar nada e reforçar o DRH para que ele também exercesse as funções de
35 Agência. O Secretário Executivo Paulo Paim lembrou que o Conselheiro estava propondo
36 nada mais nada menos que a mudança da doutrina da lei e a própria Lei 10.350. Disse
37 ainda, que à luz das propostas da separação das funções de estado, um órgão não deve
38 ser fiscal, promotor e coordenador ao mesmo tempo. Citou o plano federal, onde foi
39 criado um órgão gestor, a ANA sem abrir mão das funções de apoio técnico das
40 Agências. O Conselheiro Bernál questionou se, pelo cacoete funcional, a METROPLAN
41 não iria centralizar os recursos na região metropolitana, deixando desprotegido o resto da
42 região, assim como o Pró-Guaíba. O Secretário Paulo Paim esclareceu que, conforme a
43 lei, não caberá a nenhuma agência privilegiar esta ou aquela região nos investimentos
44 oriundos da cobrança pelo uso da água. Os investimentos (o que, onde e quanto) estarão
45 definidos no Plano da Região Hidrográfica. À Agência caberá executá-los. O Conselheiro
46 Daniel perguntou qual o tamanho do corpo técnico da METROPLAN e qual a estrutura
47 pensada para a Agência dentro da METROPLAN. Flores explicou que a METROPLAN
48 conta com 94 funcionários, sendo 69 com formação superior, mas que será preciso
49 encontrar uma condição específica para o exercício das novas tarefas. O Conselheiro
50 Giuliani manifestou novamente preocupação por ser a METROPLAN um órgão público.
51 Disse que órgãos de Estado estão sempre ávidos de cada vez mais recursos e que as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

52 Agências disporão, pela lei, até 8% do valor arrecadado pela cobrança. Disse: *não*
53 *pressupondo que a METROPLAN venha a ser coisa parecida, era bom prevenir com*
54 *bastante antecedência para isso não ocorra.* O Conselheiro Giuliani disse que faz parte
55 do GT de Orçamento e Projetos do FRH, que analisa as rubricas demandadas, as
56 disponibilidades do FRH. Segundo ele, *foi verificado em alguns convênios em andamento*
57 *com pagamentos superiores ao que lhe é obrigado a retribuir na forma de prestação de*
58 *serviços. Não está imaginando que tenha havido nada que não fosse correto, mas faltou*
59 *essa precaução de verificar se quem recebe, está retornando com o devido.* Paulo Paim
60 informou que em nenhuma ata do GT tinha ficado registrado a acusação. Flores confessa
61 que não vê como a METROPLAN possa ser diferente das outras repartições da
62 administração indireta do Estado e concordou com os cuidados na aplicação dos
63 princípios de gestão transparente. Item dois da pauta – Indicação do Secretário Executivo
64 do FRH – O presidente Carlos Otaviano submeteu ao plenário o nome do Secretário
65 Substituto e Diretor Geral da SEMA, Francisco Simões Pires como Secretário Executivo
66 do FRH. Saliou a importância do preenchimento desta função para o andamento dos
67 trabalhos. O Conselheiro Bernál questionou o quórum legal, porque os titulares
68 (secretários) não estão presentes à reunião e sugeriu a assinatura deles em uma ata
69 específica. Disse que era um casuísmo, mas que, caso contrário poderemos ficar em
70 uma situação constrangedora. O Presidente Carlos Otaviano disse tratar-se de legalidade
71 não continuaria a reunião. O Sr. Daniel justificou que o Conselho foi sempre assim com
72 esta característica. Afirmou entender a preocupação do Conselheiro Bernál, mas que não
73 sabia se este é o momento de se cobrar isso, já que era uma meta do próprio Conselho
74 na reforma do seu Regimento Interno. O Conselheiro Bernál disse que a legalidade é
75 importante, porque o próprio convênio para de manutenção do Comitê Baixo está preso
76 na formalidade legal. Na verdade, o Comitê está prejudicado há muito tempo por uma
77 formalidade legal. O Presidente Carlos Otaviano explicou que no momento onde se
78 questionava a legalidade das titularidades, questionava-se a própria reunião. Disse que
79 resolveria o assunto e encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. E eu, Paulo
80 Renato Paim, Secretário Executivo lavro a presente ata